RINCÃO ENERGIA S.A. - CNPJ 16.874.764/0001-46 – NIRE 43300055078

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 - (Em milhares de reais - R$)

ATIVO	NE	31/12/2021	31/12/2020
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.618	3.247
Despesas antecipadas	5	91	318
Outros ativos		172	122
Total do ativo circulante		3.881	3.687
NÃO CIRCULANTE			
Despesas antecipadas	5	-	91
Imobilizado	6	79.733	81.002
Intangível	7	2.694	423
Total do ativo não circulante		82.427	81.516
TOTAL DO ATIVO		86.308	85.203

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NE	31/12/2021	31/12/2020
CIRCULANTE			
Fornecedores	8	265	1.342
Adiantamento de clientes	9	2.465	1.167
Outros passivos	10	646	708
Total do passivo circulante		3.376	3.217
NÃO CIRCULANTE			
Adiantamento de clientes	10	1.000	-
Provisão gastos ambientais	11	2.337	-
Outros passivos	10	146	219
Total do passivo não circulante		3.483	219
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	12	90.994	90.994
Prejuízos acumulados		(11.545)	(9.227)
Total do patrimônio líquido		79.449	81.767
TOTAL PASSIVO E PATRIM. LÍQUIDO		86.308	85.203

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	NE	31/12/2021	31/12/2020
RECEITA LÍQUIDA	13	6.011	838
Custo de fornecimento de energia	14	(5.535)	(2.313)
LUCRO/PREJUÍZO BRUTO		476	(1.475)
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas administrativas	14	(2.256)	(1.191)
Total		(2.256)	(1.191)
PREJUÍZO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(1.780)	(2.666)
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	15	117	66
Despesas financeiras	15	(656)	(8)
Total		(539)	58
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(2.319)	(2.608)
Imposto de renda e contribuição social		-	-
Total		-	-
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(2.319)	(2.608)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	31/12/2021	31/12/2020
PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO	(2.319)	(2.608)
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO	(2.319)	(2.608)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

FLUXO CAIXA DAS ATIV. OPERAC.	NE	31/12/2021	31/12/2020
Prejuízo do exercício		(2.319)	(2.608)
Ajuste para reconciliação do prejuízo do exercício com o caixa líq. gerado pelas ativ. operacionais:			
Depreciação e amortização	6 e 7	4.622	688
Aumento (redução) nos ativos operacionais:			
Despesas pagas antecipadamente		318	48
Outros ativos		(51)	(13)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		(1.077)	520
Adiantamento Clientes		2.298	1.167
Outros passivos		(134)	843
Caixa líquido ger. pelas ativ. operacionais		3.657	645
FLUXO DE CAIXA DAS ATIV. DE INVESTIMENTO			
Aquisição de imob. e intangível	6 e 7	(3.286)	(5.833)
Caixa líq. aplic. nas ativ. de investimento		(3.286)	(5.833)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIV. DE FINANCIAMENTO			
Integralização capital	9	-	2.650
Caixa líquido ger. p/ativ. de financiamento		-	2.650
AUMENTO (REDUÇÃO) EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		371	(2.538)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	4	3.247	5.785
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	4	3.618	3.247
AUMENTO (REDUÇÃO) EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		371	(2.538)

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	88.344	(6.620)	81.726
Integralização de capital (Nota 12)	2.650	-	2.650
Prejuízo do exercício	-	(2.608)	(2.608)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	90.994	(9.228)	81.768
Prejuízo do exercício	-	(2.319)	(2.319)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	90.994	(11.547)	79.449

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Informações Gerais: A Rincão Energia S.A. ("Companhia"), é uma sociedade anônima de capital fechado constituída, com o objetivo específico de implementação, constituição de projeto, financiamento, construção montagem e exploração de central hidrelétrica, produção de energia e sua comercialização para concessionários ou permissionários do serviço público de energia elétrica. A Companhia é controlada pelos Fundos de Investimento em Participações em Infraestrutura BB Votorantim Energia Sustentável I, BB Votorantim Energia Sustentável II e BB Votorantim Energia Sustentável III. A Companhia foi constituída em 3 de setembro de 2012 e em 2020 concluiu as obras de construção, entrando em operação comercial em 10 de setembro de 2020. A obra foi totalmente financiada com recursos próprios por meio de aportes de capital. A Companhia possui junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL a seguinte autorização e registro de geração, de acordo com a Resolução Autorizativa nº 5.021 de 20/01/2015:

Usina	Estado	Município	Capacidade Instalada MW	Energia Assegurada MW médios (*)	Início concessão	Término concessão
PCH Rincão	RS	Entre-Ijuis	10	4,6	Janeiro de 2015	Dezembro de 2044

(*) A Garantia Firme, expressa em MW médios, foi estabelecida pelo MME por meio da Portaria SPDE/MME nº 169 de 6 de setembro de 2016. Para operar a Companhia necessita de Licença ambiental, obtida junto ao órgão ambiental estadual. Dessa forma a Rincão Energia obteve a Licença de Operação junto a Fepam em 27 de agosto de 2020 com validade até 27 de agosto de 2025. 1.1. Contrato de Energia de Reserva – CER: Em set/2016 a Rincão Energia S.A. foi uma das vencedoras do Leilão 003/2016 de venda de energia de reserva com o preço de R$228,00/MWh, atualizado anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA, com início de fornecimento previsto para 01 de março de 2020, com período de 30 anos. O CER foi assinado em 1º de março de 2017. Pelo referido contrato, a Companhia se compromete a vender a totalidade de sua energia gerada à CCEE. A Rincão Energia entrou em operação comercial em setembro de 2020, dessa forma, a partir de setembro de2020 a Companhia passou a receber um valor fixo, mensal, correspondente ao valor definido em contrato. Eventuais diferenças entre o valor recebido e o valor de energia elétrica efetivamente gerada serão compensados financeiramente. Os critérios de apuração são definidos contratualmente, mediante um limite de tolerância entre a energia efetivamente gerada e a energia contratada.a) O limite contratual aceito, sem a incidência de penalidades ou bônus, é equivalente ao fornecimento de 90% a 110% da energia contratada de um ano, apurada ao final de cada quinquênio. Nestes casos, o desvio positivo ou negativo entre a energia fornecida e a energia contratada é reconhecida no ativo ou passivo, respectivamente, mediante a aplicação do preço contratual vigente sobre o MWh apurado. Eventuais diferenças entre o fornecimento de energia elétrica e a energia contratada são compensadas a cada quinquênio contratual. O primeiro quinquênio encerrará em fevereiro de 2025. b) Caso a energia fornecida seja inferior a 90% da energia contratada, será aplicada a penalidade, equivalente a aplicação de 15% do preço contratual vigente sobre o montante em MWh que for inferior aos 90%. Caso a energia fornecida seja superior a 110% da energia contratada, a Companhia receberá: geração entre 110% e 130% do contratado - 100% sobre o valor do contrato; acima de 130% - 90% do valor do contrato. Em ambos os casos, o acerto financeiro ocorre a partir de julho do ano corrente até junho do ano subsequente, mediante liquidação das faturas mensais emitidas pela Companhia à CCEE. Em 31 de dezembro de 2021, a Rincão ficou enquadrada na situação b – com geração inferior. Os reflexos, estão contemplados nas demonstrações financeiras e nota explicativa 10. 1.2. Impactos do COVID-19 nas informações financeiras: No início de 2020 os casos de coronavírus ("COVID-19") foram reportados mundialmente e desde então se multiplicaram, com relatos de fatalidade, por diversos países. Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou a COVID-19 como um surto pandêmico. Durante o mesmo mês, as autoridades governamentais de várias jurisdições impuseram confinamentos ou outras restrições para conter o vírus e diversas Companhias suspenderam ou reduziram suas operações. Devida a característica de seu negócio, a Companhia manteve a conclusão da construção e posteriormente a operação de sua unidade de negócio garantindo a manutenção de suas atividades e investimentos previstos para o período, embora com os ajustes para fins de segurança necessários devido ao cenário apresentado com a pandemia. Desta forma, a Companhia continua operando sendo capaz de realizar seus ativos e liquidar seus passivos no curso normal dos negócios e manter, com isso, sua continuidade operacional. • Continuidade na execução das obras até a conclusão e entrada em operação comercial. • Cumprimento das recomendações de segurança conforme orientadas pelos órgãos de administração pública. Um dos valores da Companhia é a segurança, dessa forma, estão sendo adotadas todas as recomendações da Organização Mundial da Saúde. • Adoção do distanciamento social pelos colaboradores envolvidos nas obras e operação. • Cancelamento de toda as viagens não essenciais. A Companhia analisou os impactos da COVID-19 e não identificou quaisquer mudanças nas circunstâncias que indiquem "impairment" de ativos, descontinuidade, sendo que os ativos da companhia seguem em operação e desempenho conforme o esperado. **2. Apresentação das Demonstrações Financeiras e Base de Elaboração:** Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia são preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pelas normas da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. A Administração da Companhia afirma que aplicou a orientação técnica OCPC 7, atendendo aos requerimentos mínimos e, ao mesmo tempo, divulgando somente informações relevantes, que auxiliem os leitores na tomada de decisões. Portanto, todas as informações relevantes usadas na gestão do negócio estão evidenciadas neste documento. As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Diretoria em 04 de maio de 2022. Base de elaboração: As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto para determinados instrumentos financeiros avaliados a valor justo quando mencionados nas notas explicativas a seguir. **3. Sumário das Principais Práticas Contábeis:** O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue: a) Moeda funcional e de apresentação: As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em real - R$, que é a moeda funcional e de apresentação. Todas as informações financeiras apresentadas estão em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma. b) Instrumentos financeiros: Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia só possui instrumentos financeiros não complexos, os quais são avaliados pelo método do custo amortizado e classificados como custo amortizado (para ativos financeiros) e como custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado (para passivos financeiros). O método da taxa efetiva de juros é um método para calcular o custo amortizado de ativo ou passivo financeiro (ou grupo de ativos e passivos financeiros), e de alocar os rendimentos de juros ou despesas com juros durante o período correspondente. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros de caixa estimados, durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, por um período mais curto, ao valor contábil do ativo ou passivo financeiro. A taxa efetiva de juros é determinada com base no valor contábil do ativo ou passivo financeiro no reconhecimento inicial. Ativos e passivos financeiros que não possuem taxa de juros declarada, e que são classificados como ativos e passivos circulantes, são avaliados, inicialmente, com base no valor não descontado. Políticas e categorias dos instrumentos financeiros: A Companhia entende que os instrumentos financeiros, que estão reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado, e a Administração entende que os valores registrados se aproximam de seu valor justo. A seleção dos ativos e passivos apresentados nesta nota ocorreu em razão de sua relevância. c) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros: As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. A Companhia aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do impairment, com base no histórico da Companhia, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício. A Companhia aplica a abordagem simplificada do CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas considerando uma provisão para perdas esperadas ao longo da vida útil para todas as contas a receber de clientes. Para mensurar as perdas de crédito esperadas, as contas a receber de clientes são agrupadas com base nas características compartilhadas de risco de crédito e nos dias de atraso. d) Uso de estimativas: A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua. Os ajustes oriundos no momento destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e também aplicadas de maneira prospectiva. As informações sobre as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens de incerteza nas estimativas que podem levar a ajustes significativos aos valores dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas: NE 6 - Imobilizado; NE 10 - Provisão Penalidade; NE 11 – Provisão Gastos Ambientais; NE 7 - Intangível; NE 13 - Receita Líquida; NE 18 - Imposto de renda e contribuição social. e) Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor. f) Contas a receber: As contas a receber são demonstradas pelo custo amortizado. Na prática, são reconhecidas pela valorização da energia fornecida, em MWh, pela tarifa vigente do Contrato de Energia de Reserva - CER. Caso a energia fornecida seja inferior à energia contratada no período de apuração do Contrato de Energia de Reserva - CER, o valor excedente recebido é registrado como adiantamento de clientes. Não há histórico de perdas com as contas a receber da Companhia visto que o recebimento é efetuado com a Câmara Comercializadora de Energia - CCEE, portanto não se faz necessária a constituição de provisão para esperadas de créditos de liquidação duvidosa. g) Imobilizado: Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição ou construção. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela Administração, e no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia. A Companhia inclui no valor contábil de um item do imobilizado o custo de peças de reposição somente quando for provável que esse custo lhe proporcione futuros benefícios econômicos. A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada limitada ao prazo de concessão. O valor contábil de um ativo é imediatamente reduzido ao seu valor recuperável, quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. h) Intangível: Consiste em direitos de servidão administrativa e licenças ambientais. O direito de servidão possibilita que a Companhia efetue a passagem da linha de transmissão elétrica em terras de terceiros, e em contraprestação são pagas indenizações aos proprietários cedentes das terras. O direito a licenças ambientais corresponde a autorização pelos órgãos ambientais para operação da Companhia. Esses direitos ficam registrados como ativo intangível e serão amortizados pelo prazo de vigência da Licença Operacional da Usina PCH Rincão. i) Redução sobre o valor recuperável de ativo imobilizado e intangível: O valor dos ativos imobilizado e intangíveis são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável; ou seja, o maior valor entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente. Em 31 de dezembro de 2021, não há indicativo de desvalorização que possa requerer o registro de provisão para ajuste de ativo ao seu valor de recuperação. j) Fornecedores: As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. k) Provisões: As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. a) Reconhecimento da receita: A receita a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que a Companhia espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. A receita é apresentada líquida de impostos. A Companhia avalia os cinco passos para reconhecimento e mensuração da receita, conforme requerido pelo CPC 47 - Receita de contrato com Clientes: 1. Identificar os tipos de contratos firmados com seus clientes. 2. Identificar as obrigações presentes em cada tipo de contrato. 3. Determinar o preço de cada tipo de transação. 4. Alocação do preço às obrigações contidas nos contratos. 5. Reconhecer a receita quando (ou na medida em que) a entidade satisfaz cada obrigação do contrato. A Companhia reconhece a receita decorrente do fornecimento de energia elétrica considerando o montante em MWh gerado e fornecido valorizados ao preço contratado. A Companhia pode em certos períodos gerar energia em quantidade inferior ou superior àquela prevista nos seus contratos de fornecimento, para essa diferença é constituída uma obrigação, quando o volume gerado de energia for inferior a contratada, que é registrada na rubrica "adiantamento de clientes" ou um direito, quando o volume de energia for superior a contratada, que é registrado na rubrica "contas a receber". l) Imposto de renda e contribuição social: A Companhia adota o regime de lucro real. A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque é ajustado por receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício. m) Novas Normas, Alterações e Interpretações de Normas: O International Accounting Standards Board (IASB) e o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiram revisões às normas existentes, sendo elas: Pronunciamentos já emitidos, mas que ainda não entraram em vigência e que ainda não foram adotados pela Companhia: I. IFRS 17 (CPC 50) - Contratos de Seguros; II. Alterações à IAS 1 (CPC 26(R1)) - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes; III. Alterações à IFRS 3 (CPC 15 (R1)) - Referência à Estrutura Conceitual; IV. Alterações à IAS 16 (CPC 27) - Imobilizado: Recursos Antes do Uso Pretendido; V. Alterações à IAS 37 (CPC 25) - Contratos Onerosos Custo de Cumprimento do Contrato; VI. Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018–2020 Alterações à IFRS 1 (CPC 27 (R1), CPC 43 (R1)) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos Financeiros, IFRS 16 (CPC 06(R2)) - Arrendamentos, e IAS 41 (CPC 29) - Agricultura. VII. Alterações a IAS 1 (CPC 26(R1)) e expediente prático 2 do IFRS - Divulgação de políticas contábeis; VIII. Alterações ao IAS 8 (CPC 23) - Definição de estimativas contábeis. Alterações ao IAS 12 (CPC 32) - Impostos diferidos ativos e passivos originados de transação única ("single transaction"). A Companhia avaliou os reflexos destas alterações e não constatou impactos na apresentação das demonstrações e no resultado de suas operações.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	2021	2020
Depósitos bancários em conta corrente	31	21
Aplicações Financeiras (*)	3.587	3.226
Total	3.618	3.247

(*) São remuneradas a uma taxa média de 100% do Certificado de Depósito Bancário (CDI) e referem-se principalmente a aplicações em Fundo de Renda Fixa- DI com risco insignificante de perda de valor e prazos de resgates diários.

5. Despesas Antecipadas

	2021	2020
Seguros	91	409
Total	91	409
Circulante	91	318
Não circulante	-	91
Total	91	409

6. Imobilizado: Movimentação do imobilizado:

	Adiantamentos	Imob. em curso	Terrenos	Obra civil*	Hidromecânicos	Gerador e ponte rolante	Linha de Transmissão	Subestação Entre-Ijuis	Sub. Local e sist. elétricos	Turbinas	Máquinas equipamentos	Total
Saldo 31/12/2019	15.044	47.012	2.409	11.375	-	-	110	-	-	-	-	75.950
Adições	284	-	-	3.858	37	145	236	279	499	352	32	5.722
Transferências	(15.328)	(47.012)	-	34.581	3.154	5.642	2.737	3.744	2.832	9.637	13	-
Depreciação	-	-	-	(356)	(39)	(64)	(28)	(48)	(56)	(79)	(1)	(670)
Saldo 31/12/2020	-	-	2.409	49.459	3.152	5.723	3.055	3.975	3.275	9.910	44	81.002
Adições	-	-	-	2.499	-	-	-	-	-	16	-	2.515
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação	-	-	-	(2.439)	(136)	(253)	(141)	(173)	(177)	(462)	(3)	(3.784)
Saldo 31/12/2021	-	-	2.409	49.519	3.016	5.470	2.914	3.802	3.098	9.464	41	79.733
Taxa Média Depreciação A.A (%)				4,1%	4,1%	4,1%	4,1%	4,1%	4,1%	4,1%	6,3%	

Ao final da concessão os ativos serão transferidos ao Estado, conforme regulação vigente. A concessão atual poderá ser prorrogada de dezembro de 2044 (vigência original) para dezembro de 2074, considerando a regulamentação vigente no momento.

7. Intangível

	Ambiental licenças	Servidão administrativa	Direito uso Licença Ambiental	Total
Saldo 31/12/2019	151	179	-	330
Adições	110	1	-	111
Amortização	(17)	(1)	-	(18)
Saldo 31/12/2020	244	179	-	423
Adições	-	1	3.107	3.108
Amortização	(52)	(8)	(777)	(837)
Saldo 31/12/2021	192	172	2.330	2.694
Taxa Média de Amortização A.A (%)	20%	4,1%	20%	

8. Fornecedores

	2021	2020
Fornecedores	265	1.342

9. Adiantamento de Clientes

	31/12/2021	31/12/2020
Câmara de Comercialização e Energia Elétrica - CCEE (a)	3.465	1.167
Total	3.465	1.167
Circulante	2.465	1.167
Não Circulante	1.000	-

A Companhia fechou seu primeiro anuênio em fev/2021 com geração abaixo dos 90% do contratado. A devolução em 12 parcelas está sendo descontada desde abril/2021. Para o anuênio iniciado em mar/2021 a geração também está abaixo e as diferenças recebidas neste período superiores a energia gerada também estão registradas como adiantamento de clientes.

10. Outros Passivos

	31/12/2021	31/12/2020
Impostos a recolher	62	52
Penal. contratual (a)	730	875
	792	927
Circulante	646	708
Não circulante	146	219

(a) Penalidade em função da geração de energia ter ficado abaixo de 90% da energia contratada no anuênio. Nesta conta está inclusa a penalidade do 1º anuênio encerrado em fev/21 e que está sendo descontada em 12 parcelas + a provisão para penalidade para o anuênio a se encerrar em fev/2022, considerando a energia gerada até dez/2021.

11. Provisão Gastos Ambientais: A Companhia possui compromisso referente aos gastos ambientais projetados para os próximos 5 anos, conforme condicionantes da Licença de operação. A movimentação para 2021 foi a seguinte:

	31/12/2021
Saldo inicial	-
Constituição da provisão	3.107
(+) Juros	169
(-) Pagamentos	(939)
Saldo final	2.337

12. Patrimônio Líquido: Capital social: O capital social subscrito e totalmente integralizado em 31 de dezembro de 2021 é de R$90.994 (R$90.994 em 2020), e está representado por 90.993.589 ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal com direito a voto nas assembleias gerais da Companhia. As integralizações ocorreram conforme a necessidade da Companhia para implantar a Usina. Em 1º de julho de 2020 o capital social foi aumentado em R$2.650 (R$41.075 em 2019), representando 2.650.000 ações ordinárias. Aumento de Capital: A Assembleia Geral poderá, a qualquer tempo, aumentar ou reduzir o número de ações ordinárias e/ou criar preferenciais de uma classe ou mais, resgatáveis ou não, sem guardar proporção com as demais ações, observadas as normas do Estatuto.

13. Receita Líquida

Rec. operacional:	31/12/2021	31/12/2020
Receita de fornecimento de energia (CER)	5.891	897
Receita de venda de energia (testes)	348	6
Ded. (PIS e COFINS)	(228)	(65)
Total	6.011	838

14. Custos e Despesas por Natureza

Depreciação e amortização	31/12/2021	31/12/2020
	4.622	688
Encargos de transmissão	336	214
Operação e Manut. - O&M	533	242
Ambientais	-	294
Serviços de terceiros	1.353	987
Seguros	132	41
Viagens e representações	2	22
Despesas legais	5	3
Impostos e taxas	4	8
Comunicação	80	37
Indenizações	82	69
Penalidade Contratual	439	875
Despesas indedutíveis	133	-
Outras	70	24
Total	7.791	3.504
Custos fornec.energia	5.535	2.313
Desp. administrativas	2.256	1.191
Total	7.791	3.504

15. Resultado Financeiro

Receitas financeiras	31/12/2021	31/12/2020
Receitas s/aplic.financeiras	117	66
Total de receitas financeiras	117	66
Despesas financeiras		
Atualização monetária	(92)	-
Despesas Bancárias	(4)	(5)
Juros e multas	(559)	-
Outras despesas	-	(3)
Total de desp. financ.	(656)	(8)
Total do result. financ.	(539)	(58)

16. Cobertura de Seguros: A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As operações de seguro, quanto a suficiência dos valores segurados, não fazem parte do escopo da auditoria. As coberturas foram contratadas, pelos montantes a seguir indicados, considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros:

Tipo de Seguro	Valor segurado	Vigência
Responsabilidade civil	10.000	09/09/2022
Risco Operacional	73.501	09/09/2022

17. Política de Gestão de Riscos Financeiros: As atividades da Companhia a expõem a riscos financeiros e regulatórios. O programa de gestão de risco global da Companhia considera na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. Durante os períodos de doze meses findos em 31 de dezembro de 2021 a Companhia não celebrou contratos que possam ser considerados como instrumentos derivativos. A gestão de risco é realizada pelo setor financeiro da Companhia, segundo as políticas aprovadas pela Diretoria. O setor financeiro da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros. A Diretoria estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas. (i) Risco de mercado: Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas. (ii) Riscos regulatórios: As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia. (iii) Risco de crédito: O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito, incluindo contas a receber em aberto. (iv) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro). Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações (estrutura de capital). Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de cláusulas contratuais previstos em contratos de empréstimos e financiamentos. (v) Risco de liquidez: É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria. a) Gestão de capital: Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a Administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. **18. Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido:** A Companhia apurou o imposto de renda e a contribuição social por meio do regime de lucro real. Nos exercícios findos em 31/12/2021 e 31/12/2020 não houve despesa corrente com os impostos de contribuição social e imposto de renda. Em 31 de dezembro de 2021, o acumulado de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social corresponde a R$11.545 e poderão ser utilizados para compensação de lucros tributáveis futuros até o limite de 30% do lucro tributário de cada exercício, sem prazo prescricional. A Companhia não efetuou o reconhecimento de tais créditos fiscais diferidos por não ter atendido os critérios para seu reconhecimento contábil. **19. Partes Relacionadas:** A Companhia não remunera diretamente os membros da administração, sendo remunerados pelo acionista controlador. **20. Informações Adicionais aos Fluxos de Caixa:** A Administração da Companhia define como "caixa e equivalentes de caixa" valores mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para investimento ou outros fins. Em 31 de dezembro de 2021, os saldos que compõem esta conta estão representados conforme nota explicativa nº 4. As movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa da Companhia são como segue:

Licenças Ambientais	31/12/2021	31/12/2020
(Provisão/Intangível)	2.337	0
Total	2.337	0

Entre-Ijuis, 31 de dezembro de 2021.
Valter Luiz Guimarães - Diretor-Presidente
José Caetano R. Pereira - Contador CRC 47111

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Aos Acionistas e Administradores da Rincão Energia S.A. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Rincão Energia S.A ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rincão Energia S.A em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações